

## **PRÊMIO ESCOLA NOTA 10: ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS DE UM PLANO DE METAS**

**Autora:** Dione Marques Figueiredo Guedes Pereira

*Instituto Federal da Paraíba – IFPB / Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN/PPGEL*

[dionemarquesf@gmail.com](mailto:dionemarquesf@gmail.com)

**Coautora:** Marluce Pereira da Silva

*Universidade Federal da Paraíba – UFPB*

[marlucepereira@uol.com.br](mailto:marlucepereira@uol.com.br)

**Resumo:** No universo escolar, são incessantes as buscas de estratégias pedagógicas que possam permitir que as atividades planejadas sejam executadas com sucesso. Definem preceitos, tais como a participação da família junto à trajetória do filho, a formação continuada dos professores, a estrutura física da escola, a realização das tarefas diárias e tantas outras que, juntas, contribuem para os chamados indicadores de qualidade na educação. Para cada proposta, é comum haver discursividades cujos sentidos exaltam determinados valores. Desde o ano de 2009, a Rede Municipal de Ensino de João Pessoa vem desenvolvendo o Prêmio Escola Nota 10, voltado para a obtenção de níveis de excelência de suas escolas, a partir do cumprimento de um plano de metas para conseqüente conquista de um selo de qualidade. O trabalho a ser apresentado deriva-se de uma investigação em que se objetiva problematizar e discutir estratégias biopolíticas que atravessam práticas discursivas que constituem critérios do projeto para conquista do prêmio. Utilizando-se noções da Análise de Discurso Francesa (PÊCHEUX, 2014) e de teorizações foucaultianas, (FOUCAULT, 2000, 2008) buscam-se elementos que evidenciem as ações de biopolítica empreendidas em um sistema de metas, tomando como parâmetro o Prêmio instituído a partir da Lei Municipal nº 11.607 de 23 de dezembro de 2008, regulamentada pelo Decreto 6.492 de 17 de março de 2009. Os resultados obtidos contribuirão, a partir dos protagonistas do programa na escola – gestor, professor e técnico, para o melhor entendimento das relações de poder existentes no produto final que é a conquista, ou não, da qualidade almejada, reverberada na pontuação obtida.

Palavras-chave: práticas discursivas, relações de poder, estratégias biopolíticas.

## INTRODUÇÃO

A educação escolar, enquanto prática social e, por conseguinte, objeto de políticas públicas, tem papel de destaque nos processos formativos. Em se tratando de educação formal, as escolas, atualmente, têm ampliado seu leque de propostas e finalidades de maneira tal que as referências para o que se definiria como qualidade também têm tomado outra conotação, apesar de estarem atreladas ao processo ensino-aprendizagem.

Entretanto, o dinamismo das ações humanas frente à realidade posta tem, cada vez mais, apresentado reflexos na educação. Estamos formando pessoas a partir de parâmetros extremamente competitivos com uma justificativa voltada aos enfrentamentos no chamado “mercado de trabalho” onde apenas os bons se sobressaem. Isso tem exigido uma maior qualidade da educação, apesar de tal exigência já se fazer presente nas diversas práticas discursivas há anos.

No Brasil, grandes desafios no âmbito educacional ainda persistem a exemplo do acesso à escola com garantia ao estudante de que sua permanência implicará numa aprendizagem significativa e que a construção do conhecimento realmente se efetive. Isso tem fomentado inúmeras propostas ao longo do país na tentativa de que estados e municípios, mediante seus planos estaduais e municipais de educação, possam encontrar medidas que melhor atendam aquela realidade escolar. É bem verdade que os cenários podem apresentar semelhanças significativas em função da territorialidade e das características sociais da região, mas cada estado e município apresenta especificidades que devem ser consideradas e traduzidas em documento próprio.

Os problemas apontados, em geral, versam sobre o alto índice de distorção idade-série, evasão escolar, acesso ao ensino, até o reduzido número de unidades educacionais, a exemplo da educação infantil, que já possam garantir uma base de conhecimento mínima, além daquela originada na família. No meio de toda essa antiga discussão, encontra-se a escola tentando acompanhar ou se adequar ao processo frenético que representa a velocidade das informações circulantes que, cronologicamente, faz surgir uma nova geração num intervalo muito curto. Há bem pouco tempo, os parâmetros utilizados para definir gerações eram os referenciais familiares (bisavós, avós, pais). Hoje, temos várias gerações em apenas uma década e a escola tenta se adequar também a essa realidade sem, contudo, resolver antigos e decisivos problemas. O Brasil ainda traz, arraigado em

seu processo de desenvolvimento, problemas e desafios históricos que precisam ser superados uma vez que obstaculam todos os outros avanços.

Este cenário é a referência básica para toda e qualquer gestão. Quando dividimos o país nas três esferas – União, Estados e Municípios, essa preocupação deve ser recorrente uma vez que interfere e repercute em todas as demais atuações do poder público. Um país que pouco investe na educação, certamente terá problemas de cunho social, de saúde, de trabalho e, por conseguinte de crescimento quando comparado a outros países. Seguindo essa mesma cadeia, encontram-se outros gestores, a exemplo dos responsáveis pela pasta da educação que trazem a difícil incumbência de construir, coletivamente, novas estratégias de enfrentamento capazes de transformar essa realidade. Essas ações vão ensejar a participação decisiva de outros atores importantes – os gestores escolares. São eles que, efetivamente assimilam as propostas e as adequam à sua realidade. É de seu entusiasmo e inquietação que o clima organizacional da escola é construído e dele depende o norte para muitas tomadas de decisões. Entretanto, para que tais decisões sejam tomadas com vistas ao atendimento dos objetivos pretendidos no universo escolar, muitas práticas discursivas são consequências fortes e determinantes de estratégias biopolíticas entre gestão e comunidade escolar.

Diante disso, a Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Lei Municipal nº 11.607 de 23 de dezembro de 2008, regulamentada pelo Decreto 6.492 de 17 de março de 2009, instituiu o Prêmio Escola Nota 10 no âmbito das escolas municipais, tendo como foco, o cumprimento de um plano de metas. De acordo com esse programa, em função de aferição de aprendizagem e gestão escolar, as escolas do ensino fundamental receberiam um selo de qualidade e todos os profissionais que ali estivessem lotados receberiam uma bonificação ao final do ano letivo. Instrumento similar vem sendo utilizado por alguns poucos municípios e estados a exemplo de São Paulo e Ceará, porém com estratégias e focos bem diferentes.

O Prêmio Escola Nota 10 objetiva que as escolas atinjam o nível de Excelência em Educação, ao estabelecer indicadores de avaliação da aprendizagem dos estudantes e do desempenho da gestão escolar. Essa iniciativa busca socializar e valorizar, através de uma bonificação, todos os funcionários da escola. No ano de 2009, o programa avaliou 91 escolas da rede municipal de ensino de João Pessoa, das quais 87 alcançaram o índice de excelência em educação com percentuais entre 50 e 90% e cerca de 3.000 profissionais da educação receberam bonificação. Nos anos seguintes, o programa continua sendo executado, agora com a inserção,

também, dos Centros de Referência em Educação Infantil – CREIs cuja proposta segue uma legislação específica.

Entendendo que a base do programa está na aprendizagem dos alunos e na gestão escolar, necessário se faz analisar qual a relação existente entre os efeitos de sentido que perpassam as práticas discursivas do gestor e a aceitação da comunidade escolar em alcançar indicadores a partir da meritocracia.

No universo escolar, muitos são as discursividades presentes de forma a garantir ou facilitar que as atividades planejadas sejam executadas com sucesso. Utilizam-se preceitos como o acompanhamento dos pais frente à trajetória do filho, a formação continuada dos professores, a boa estrutura da escola, a realização das tarefas diárias e tantas outras que, juntas, contribuem para os chamados indicadores de qualidade na educação. Para cada proposta, é comum haver discursividades que exaltem cada valor.

Quando um sistema de ensino resolve adotar uma política voltada para o cumprimento de metas, o discurso passa a ser um instrumento de valor inestimável para o seu sucesso. O primeiro ponto a considerar está relacionado ao próprio mentor da proposta, o sistema de ensino em questão, que tem a incumbência inicial de divulgá-la enaltecendo todos os pontos favoráveis quando da sua implantação. O segundo, um desdobramento do primeiro, dá-se no chão da escola quando os gestores tentam repassar, com igual entusiasmo ou não, algo novo e que precisa ser executado por todos para que obtenham sucesso almejado.

Esse artigo, portanto, anuncia uma pesquisa que visa problematizar e discutir práticas discursivas que atravessam posicionamentos de gestores e que remetem a procedimentos biopolíticos na implementação de uma política de metas no ambiente escolar. Além disso, visa apreender, em mecanismos linguísticos que elaboram posicionamentos de gestores, discursividades que produzam sentidos acerca da aceitação ou não aceitação por parte da comunidade escolar da implantação do Prêmio e analisar as práticas discursivas da gestão, configuradas como estratégias biopolíticas, que se voltam à comunidade para obtenção do Prêmio.

## **METODOLOGIA**

O caminho investigativo requer a interpretação de muitas práticas discursivas que constituem a realidade de uma sociedade impedindo que estas sejam diluídas com o tempo, sem qualquer interferência. A partir da compreensão de que o caminho investigativo implica questões práticas e a interpretação de discursos que se constituem no contexto social, a proposta de pesquisa se caracteriza por não buscar a neutralidade do pesquisador nem o descaso em relação aos problemas sociais que, normalmente, são relegados a um segundo plano.

Em assim sendo, a tarefa de investigar e avaliar todo o processo de implantação de uma política de metas requer muita cautela no tocante a não desperdiçar ou ignorar elementos indispensáveis a compreensão dos efeitos de sentido implícitos nas falas. Utilizando-se recursos da Análise de Discurso Francesa e das teorizações foucaultianas, a pesquisa, de natureza qualitativa, buscará elementos que evidenciem as ações de biopolítica empreendidas em um sistema de metas, tomando como parâmetro o Prêmio Escola Nota 10 instituído desde o ano de 2009 nas escolas do município de João Pessoa.

Inicialmente serão feitas visitas às 05 escolas selecionadas na tentativa de sensibilizar os gestores e demais integrantes da unidade acerca da importância da participação na pesquisa. Uma vez confirmada a participação, será proposto uma data ou calendário para retorno e efetivo início das atividades. A aplicação primeira da pesquisa dar-se-á junto aos gestores (gerais e/ou por turno), seguido de 01 (um) professor e 01 (um) técnico. Será aplicado um questionário com informações básicas referentes à atividade na escola, tempo de trabalho na escola, formação inicial, além de conhecimentos dos indicadores estabelecidos pelo Prêmio Escola Nota 10 ao longo dos cinco últimos anos. Feito isso, segue-se a segunda etapa que consistirá numa entrevista com vistas a ensejar os efeitos de sentido atribuídos por cada profissional à implantação de uma política de metas. As materialidades linguísticas geradas por meio do questionário e entrevistas serão analisadas a partir das categorias teóricas da AD francesa, tais como memória discursiva, interdiscurso, formação discursiva e de pressupostos da produção de conhecimentos voltada para o estudo da linguagem.

O universo da pesquisa será constituído por 05 escolas de ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa, localizadas em bairros diversos da capital. As escolas serão

escolhidas considerando as diferenças estruturais e de segmentos, a saber: 01 (uma) escola que dispõe apenas das séries iniciais do ensino fundamental, 01 (uma) escola que dispõe apenas das séries finais do ensino fundamental, 01 (uma) escola que dispõe dos dois segmentos, 01 (uma) escola que funciona em tempo integral com 100% dos alunos matriculados nas séries iniciais (excluem-se, portanto, as escolas com o Programa Mais Educação) e 01 (uma) escola que funciona em tempo integral com 100% dos alunos matriculados nas séries finais do ensino fundamental. Os dados gerados serão analisados de forma a referendar a relação existente entre os indicadores de qualidade apontados e conquistados pela escola nos últimos 05 anos e a atuação da gestão. Ressalta-se, contudo, que, em função da realização de concurso público para o magistério municipal (o que culminou com o ingresso de mais de 2.000 servidores nos últimos 06 anos) e a aposentadoria de alguns gestores, alguns problemas voltados à coleta de dados poderão ser encontrados, a exemplo de gestores que não acompanharam integralmente o período em análise e escolas que porventura possam ter grande parcela de seus professores substituídos. Na impossibilidade de obtenção dos dados quer por entrevistas, questionários ou análise de algum registro, a pesquisa será feita em uma outra escola com as mesmas características da escolhida anteriormente.

## **DISCUSSÃO**

A educação é, em sua essência, uma prática social que se faz presente em diferentes espaços e momentos e não apenas no universo escolar. Não significa, contudo, que a escola deva exercer um papel de coadjuvante frente a outras formas e espaços de educação. Ao contrário, por ser um dos principais focos de atenção no universo das políticas públicas, tem a grande responsabilidade de participar ativamente dos processos formativos por meio dos diferentes níveis, ciclos e modalidades educativas. Entretanto, é preciso que entendamos algumas ferramentas utilizadas por tais práticas sociais para que a educação siga aquilo que o governo considera como padrão de qualidade, ensejando as relações de poder nela intrínsecas.

Para Foucault (1995) “as relações de poder foram progressivamente governamentalizadas, ou seja, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições do Estado”. Nesse sentido, segundo Veiga - Neto (2007), a modernidade pode ser caracterizada, em termos políticos, pela progressiva estatização tanto das ações de governar quanto das relações de poder. Trata-se de um poder cujas feições aparecem diferenciadas em função do circuito em que ele

se exerce (pedagógico, judiciário, policial, familiar etc.). Isso nos leva a considerar que o governo deixa de exercer diretamente seu poder para fazer uso de outro artifício, a governamentalidade. O poder é, portanto, visto por Foucault como elemento capaz de explicar como se produzem os saberes e, na mesma medida, como nos constituímos na conexão entre ambos, ou seja, entre o ser e o poder. Para isso, Foucault defende não uma teoria relativa ao poder, mas relações de poder, “formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (FOUCAULT, 1979).

Apesar de o governo, enquanto elemento central na tomada de decisões, emanar inúmeras normas a serem seguidas pela população, o poder acaba por ser diluído em esferas menores capazes de adentrar quaisquer espaços por meio da governamentalidade. É o que Foucault define como "o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si" (2001a, p. 1.604). Com isso, as pessoas passam a ser geridas por esse processo, aparentemente ínfimo, acreditando que são sujeitos das próprias decisões. Dessa forma, em se tratando de uma política baseada na meritocracia, o poder público dilui a sua capacidade de persuasão no momento em que delega aos gestores o papel de exercer um poder sobre outrem, sob a alegação de uma necessidade na elevação dos padrões de qualidade, no caso em epígrafe, a educação.

Ao introduzir meios ou possibilidades em favor da melhoria do ensino, o poder público, através de programas por ele criados, adentra ao campo da biopolítica. O foco recai diretamente sobre os agentes transformadores da realidade, quais sejam alunos, professores e demais servidores. As ações em prol da melhoria da coletividade justificam a interferência do gestor, a luz de um poder maior advindo do Estado. Dessa forma, a biopolítica acaba sendo potencializada pelo biopoder, a partir do momento em os valores que permeiam a vida justificam a interferência direta no meio educacional. Nesse sentido, Foucault destaca que os processos relacionados à vida humana começam a ser levados em conta por mecanismos de poder e de saber que tentam controlá-los e modificá-los. Acerca disso, destaca:

O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder. (FOUCAULT, 1988)

Em nome desses padrões de qualidade, o poder biopolítico pode demonstrar o quanto na sociedade educativa a figura do outro é primordial, produzindo efeitos de autogoverno e não de pessoas “assujeitadas” a um discurso educador. Pelo contrário, seu enunciado produz efeitos de autogoverno, uma vez que abre possibilidades de os pais conduzirem de forma autônoma a própria conduta. Os discursos passam a evidenciar efeitos de mudanças, transformações nos educadores e a constituir suas subjetividades requeridas pelo Estado educador, segundo práticas de liberdade encontradas em “certo número de regras de conduta ou de princípios que são simultaneamente verdades e prescrições” (FOUCAULT, 2004, p. 269).

Nesse sentido, como define PÊCHEUX (2014) as pessoas são filiadas a um saber discursivo que não se aprende, mas que produz seus efeitos por intermédio da ideologia e do inconsciente. Existe um interdiscurso, assim definido como memória discursiva, o já-dito que torna possível todo o dizer. O interdiscurso é articulado ao complexo de formações ideológicas representadas pelas formações discursivas. Essas, por sua vez, são aquilo que o sujeito pode e deve dizer em uma determinada situação, estando, portanto, ligado às condições de produção.

Em face do arcabouço de justificativas que permeiam a inserção de políticas públicas na educação, muitas delas com ênfase na qualidade de seus indicadores, na ação direta da gestão ou no cumprimento de metas, mister se faz uma análise ainda mais precisa da biopolítica. Assim como acontece em diferentes espaços, a educação também cria novos objetos de saber a serviço de um novo poder. São eles que agem sobre uma população que, nem sempre se reconhece como parte de uma estratégia política de estado.

É necessário compreender que o poder não é mais um conjunto de relações de dominação, de disciplinamento de corpos, mas um jogo de ações sobre ações que deve ser capaz de ampliar a autonomia dos sujeitos. É o poder biopolítico no qual o

(...) o Estado não é um monstro frio, é o correlato de uma certa maneira de governar. E o problema está em saber como se desenvolve essa maneira de governar, qual a sua história, como ela ganha, como ela encolhe, como ele se estende a determinado domínio, como ela inventa, forma, desenvolve novas práticas – é esse o problema, e não fazer do [Estado], como no teatro de fantoches, uma espécie de policial que viria reprimir as diferentes personagens da história”. (FOUCAULT, 2008).

O biopoder implica autoridade sobre a sociedade, enquanto a biopolítica implica imanência com a sociedade ao produzir relações sociais colaborativas ou de parceria que se faz entre sujeitos livres, em um jogo que, quanto mais aberto, mais atraente e fascinante se torna. Imbuído desse

espírito assim entendido como colaborativo e de parcerias, o Estado de São Paulo tem investido nessa política educacional desde 1996 com a implantação do SARESP - Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo cujo objetivo inicial era “criar novas formas de gerir o sistema de ensino e as escolas”. O sistema passou por mudanças significativas em 2007 ampliando os poderes da avaliação: vinculação da avaliação ao alcance de metas para cada uma das escolas (Plano de Metas, Governo do Estado de São Paulo) o que posteriormente gerou a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP), em 2008.

Mecanismo semelhante tem utilizado a Prefeitura Municipal de João Pessoa desde 2009. Com a instituição do Prêmio Escola Nota 10, as escolas da rede municipal de ensino têm buscado elevar seus indicadores de qualidade a partir de parâmetros que vão desde a administração escolar (responsável por discutir a proposta dentro e fora da escola), passando pela formação continuada dos professores até a aprendizagem dos alunos. Isso denota a relevância do tema uma vez que pouco se conhece da sistematização dos resultados quer de cunho diagnóstico, quer avaliativo, tampouco da interferência da gestão na obtenção dos resultados, corroborando, portanto, para a realização da referida pesquisa.

O Decreto 6.492 de 17 de março de 2009, pioneiro na implantação de ações voltadas a uma política de metas na cidade de João Pessoa, estabelece o regulamento para concessão do Prêmio Escola Nota 10. Segundo ele, o prêmio é baseado na valorização do desempenho da aprendizagem e da gestão escolar, com a finalidade de avaliar o grau de desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos e dos trabalhadores da educação que atuam nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental, fornecendo referenciais importantes que orientem os procedimentos necessários para a operacionalização do processo educativo pela rede municipal de ensino. Tem como objetivos incentivar o desenvolvimento educacional e mobilizar as escolas com a finalidade de melhorar a qualidade do ensino e a gestão escolar. Seus indicadores, considerando o ano de aplicação (2009), estipulam como parâmetros para pontuação:

- a regularidade de documentos escolares (10% da premiação);
- a conservação do patrimônio (10% da premiação);
- cumprimento de metas de economia de material e custeio (10% da premiação);
- avaliação de atividades transdisciplinares (10% da premiação);
- avaliação da aprendizagem dos alunos (50% da premiação);

- frequência dos servidores na formação continuada (10% da premiação).

Ao longo desses 07(sete) anos de aplicação do programa não há registros efetivos que esclareçam o seu processo de implantação e implementação. Sabe-se que, a cada ano, são feitas novas adequações, mantendo-se sempre a avaliação da aprendizagem do aluno e a formação continuada do professor. Isso nos dá a certeza da necessidade de uma interferência, no sentido da pesquisa científica, para melhor entendimento desse instrumento enquanto política pública cujo enunciado pode produzir efeitos de sentido os mais diversos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A implantação de um plano de metas na educação é algo relativamente novo. Nesse sentido, cumpre-nos destacar que o presente estudo não tem como escopo avaliar a efetividade do programa, mas as práticas discursivas que produzem sentidos de estratégias biopolíticas e que compõem a proposta do Prêmio sendo reverberados no contexto escolar.

Hoje o Programa é aplicado em 95 escolas e 85 CREIS (Centros de Referência em Educação Infantil) o que demonstra sua ampliação enquanto estrutura baseada na meritocracia e a grande riqueza de informações que daí poderão ser emanadas.

A pesquisa anunciada encontra-se em fase de execução e já prevê algumas adequações em face da mudança, neste ano, de muitos gestores que eram responsáveis pelo programa desde a fase de implantação em suas escolas. Entretanto, a base do Prêmio se mantém, o que permite o resgate de muitas informações, notadamente aquelas relativas ao foco da pesquisa que se volta para as estratégias biopolíticas presentes no seu desenvolvimento.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica* (1ª ed.). São Paulo: Martins Fontes, 2008

FOUCAULT, Michel. "A ética do cuidado de si como prática da liberdade". In: Ditos & Escritos V - Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p.128.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. X.

FOUCAULT, Michel. **Les techniques de soi**. In: FOUCAULT, M. *Dits et écrits*. Paris: Quarto/Gallimard, 2001a. p. 1602-1632.

FOUCAULT, M. **Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho**. In: RABINOW, P.; RABINOW, H. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 253-278.

Lei Municipal nº 11.607 de 23 de dezembro de 2008. Disponível em [http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2011/10/2008\\_1145.pdf?x92016](http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2011/10/2008_1145.pdf?x92016).

Acesso em 20 abril de 2017.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Editora Pontes, 2014